

MACHADO, P. S. "Quimeras" da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 20, n. 59, 2005.

RUBIN, G. Thinking "Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality". In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (Ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998 [1984].

VENTURI, G.; BOKANY, V. (Ed.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

WEEKS, Jeffrey. "O corpo e a sexualidade". In LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

"ÉRAMOS 9 GAYS, 20 POLICIAIS E A IMPRENSA LOCAL": NARRATIVAS (DE) MILITANTES SOBRE AS PARADAS DO ORGULHO LGBT EM GOIÁS

Camilo Braz*
Luiz Mello**

Introdução

Neste artigo, interpretamos analiticamente narrativas de ativistas do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) goiano sobre as Paradas do Orgulho, que ocorrem em Goiânia desde 1996 e, em cidades do interior do estado, desde a primeira metade dos anos 2000. Nosso intuito é apresentar uma reflexão que parte da relevância das paradas enquanto manifestações públicas, ao mesmo tempo em que trazemos elementos empíricos para problematizar a já conhecida dicotomia entre "festa" e "política", que é central nas discussões sobre tais eventos, que ocorrem em centenas de cidades do país, a partir da reinvenção de uma tradição iniciada nos EUA.

A pesquisa que dá base a este trabalho buscou interpretar as dinâmicas do surgimento do movimento LGBT no estado de Goiás¹. Partiu de

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e pesquisador do Ser-Tão – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, da Universidade Federal de Goiás (UFG). camilobraz@gmail.com.

**Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e pesquisador do Ser-Tão – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, da Universidade Federal de Goiás (UFG). luizman@gmail.com.

¹ Trata-se da investigação *Movimentos sociais, direitos humanos e cidadania: um estudo sobre o movimento LGBT em Goiás*, realizada pelo Ser-Tão, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – Fapeg. A investigação, coordenada pelos professores Camilo Braz e Luiz Mello, integrou outra mais ampla, intitulada *Memória da luta em direitos humanos em Goiás*, da Rede de Pesquisa *Diversidade, direitos humanos e cidadania*.

levantamento documental² e de entrevistas com ativistas e, em menor medida, pesquisadores/as e parlamentares. Um grupo de 26 pessoas foi entrevistado, algumas delas mais de uma vez, totalizando cerca de 40 horas de gravação³.

De saída, é necessário afirmar que, ainda na década de 1980, houve em Goiânia a tentativa de formação de um grupo denominado Triângulo Rosa, constituído dentro do Partido dos Trabalhadores (PT). O movimento LGBT surge efetivamente em Goiás, porém, apenas em meados dos anos 1990, num contexto social e político diferente do final dos anos 1970 no Brasil, período conhecido como de abertura democrática e de aparecimento do então chamado Movimento Homossexual Brasileiro, inicialmente em São Paulo, politicamente estruturado em oposição ao Estado. A bandeira de luta principal então era a conquista de maior liberdade sexual e de visibilidade/aceitação social da homossexualidade (MACRAE, 1990; SIMÕES e FACCHINI, 2009), seguramente reivindicações que ainda hoje são centrais na agenda política do movimento LGBT no Brasil e no mundo.

Por outro lado, sabemos que grande parte dos primeiros grupos de ativismo propriamente LGBT surge no Brasil no contexto do advento da luta contra a aids, nos anos 1990 (FACCHINI, 2009). Um processo que pôde ser observado, por exemplo, também na cidade de Belo Horizonte, onde, de acordo com Frederico Machado,

Desde o final da década de 1980, já existia alguma movimentação social concernente à politização da temática da diversidade sexual. Todavia, essa movimentação era ainda extremamente caudatária das políticas de prevenção, ou não deixaram muitos vestígios claros de sua mobilização política. Será na segunda metade da década de 90 que surgirão em Belo Horizonte os grupos e lideranças que atualmente formam a diversidade do que chamamos de Movimentos Homossexuais (Machado, 2007, p. 100).

Em Goiânia, os grupos se formaram exatamente nesse contexto, e parte de suas estruturas e ações foram financiadas pelo Ministério da Saúde,

²Uma das dificuldades enfrentadas na pesquisa foi o acesso a documentos públicos que materializem a história do movimento LGBT goiano, muitos dos quais se perderam ao longo do tempo, especialmente em função da transitoriedade das sedes dos grupos e das fragilidades dos mecanismos de arquivamento e conservação. Nesse sentido, cabe mencionar o projeto que disponibilizou parte do acervo documental da ONG goiana Ipê Rosa, fruto de parceria entre esta, o Centro de Documentação e Arquivo (Cidarq) da UFG e o Ser-Tão. O material está disponível em <http://acervo.cidarq.ufg.br/index.php/gpkcp:isad>.

³A maior parte das entrevistas foi realizada entre março de 2009 e março de 2010 e algumas poucas em fevereiro de 2011. Além de Goiânia, os/as entrevistados/as residiam nas cidades de Anápolis, Ceres, Jataí, Quirinópolis, São Francisco e Caldas Novas.

como aconteceu com diversos grupos de outros estados brasileiros. Tal apoio se deu em face da expressiva participação de organizações LGBT nas ações de prevenção ao hiv-aids e de apoio aos doentes, financiadas pelo Programa Nacional de Aids, criado em 1986 (hoje Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais).

Assim, o surgimento do movimento LGBT em Goiás está associado ao enfrentamento da epidemia da aids, num cenário local de incipiente visibilidade dos estudos sobre homossexualidade nas universidades, de representações geralmente negativas de pessoas LGBT na mídia, de ampliação crescente do mercado segmentado voltado a essa população e de estreitamento cada vez maior das relações entre o movimento LGBT e o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde (BRAZ, MELLO et al, 2011). Como mostra Mello (2005), o ano de 1995 pode ser tomado como marco para o movimento LGBT brasileiro, tendo em vista a fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a realização da Conferência da International Lesbian, Gay, Bissexual, Trans and Intersex Association (ILGA), no Rio de Janeiro, bem como a apresentação, pela então Deputada Marta Suplicy, do Projeto de Lei nº 1.151, que dispõe sobre a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo – uma das bandeiras de luta principais do movimento LGBT brasileiro ao longo de muitos anos.

O primeiro grupo formalmente constituído no estado de Goiás, como organização não governamental (ONG) LGBT, foi a Associação Ipê Rosa, criada justamente em 1995, a partir da qual surgiram posteriormente outros grupos: a AGLT (Associação Goiana de Gays, Lésbicas e Travestis), criada em 1997, o GLG (Grupo Lésbico de Goiás), e a Astral (Associação de Travestis, Transexuais e Liberados de Goiás), criada em 2000. Neste mesmo ano, foi criado o Labris - Núcleo de Mulheres, no âmbito da Associação Ipê Rosa.

É preciso ressaltar que a existência de divergências políticas e pessoais que levam a cisões e à criação de novos grupos não é exclusividade do movimento LGBT, tanto em Goiás quanto em outros estados, uma vez que é constitutivo de qualquer campo, no sentido atribuído por Bourdieu (1983), conflitos entre sujeitos que disputam posições de prestígio. Quando analisou a trajetória do grupo paulistano Somos, fundado em 1978 e considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa dos direitos de lésbicas e gays, Edward MacRae (1990) já nos falava sobre os famosos “rachas” entre seus membros. Também se pode pensar que a criação de

novos grupos pode ocorrer a partir de demandas identitárias específicas, como as que, no caso do movimento LGBT goiano, deram origem aos grupos Oxumaré – Direitos Humanos Negritude e Homossexualidade, em 2003, e Colcha de Retalhos – a UFG saindo do Armário, em 2005⁴. Já o grupo Lilases - Articulação Feminista Lésbica de Goiânia, antes de autonomizar-se, começou como um espaço de reflexão e atuação política de mulheres lésbicas e bissexuais dentro do grupo Colcha de Retalhos, em 2007. É relevante citar que parte significativa de suas integrantes havia passado por cursos de formação feminista oferecidos pelo grupo Transas do Corpo, ONG feminista que atua desde a década de 1980 em Goiânia.

Um dos primeiros grupos LGBT fundados no interior de Goiás foi a Sociedade Oásis, criada em 1999, em Anápolis. De acordo com os/as entrevistados/as, o grupo surgiu a partir do GAIA (Grupo de Apoio a Irmãos com Aids), que atuava na cidade ainda na década de 1980. A Sociedade Oásis mantinha, até a realização desta pesquisa, como foco principal de ação a prevenção ao hiv-aids e outras dst. Na cidade de Jataí, em 2001, foi fundada a Associação Jataiense de Direitos Humanos Nova Mente (AJDH), cujo foco principal de atuação também estava voltado à prevenção do hiv-aids e outras dst, muito embora o grupo tenha sido também responsável pela organização de eventos culturais, tais como o Miss Gay e a 1ª Parada do Orgulho de Jataí, em 2007. A Associação Arco-Íris, fundada em 2002 na cidade de Quirinópolis, foi responsável pela realização da 1ª e da 2ª Parada do Orgulho naquela cidade. Segundo um ativista, numa época em que a população LGBT enfrentava “muita ditadura” na cidade, a fundação do grupo significou “uma vitória muito grande” do movimento local. Já o Grupo Identidade, surgido em 2009 em Ceres, foi fundado a partir do grupo Amor Livre, responsável pela organização da 1ª Parada do Orgulho LGBT da cidade, em 2005. Além desses grupos, cabe mencionar a Associação de Gays, Lésbicas, Simpatizantes e Transgêneros da Região das Águas Quentes (AGLST-RAQ), que inclui em seu âmbito de atuação, dentre outros municípios, a cidade de Caldas Novas, tradicional pólo turístico do estado.

Vários grupos LGBT criados no interior de Goiás ganharam fôlego a partir do Projeto Somos. Apoiado financeiramente pelo Programa Nacional

⁴ Esta criação de grupos formados por ativistas negros/as e estudantes universitários/as também ocorreu em outras partes do Brasil. Neste sentido, destaca-se a Rede Nacional de Negras e Negros Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Rede Afro LGBT), fundada em 2005. Cabe ressaltar também a realização anual, desde 2003, do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS), organizado por grupos universitários LGBT.

de Aids, o Somos passou a fomentar a criação de novos grupos LGBT desde 1999, em todas as regiões geográficas do Brasil, particularmente com o objetivo de estimular a prevenção à epidemia de hiv/aids por meio de ações da sociedade civil dirigidas a gays e outros hsh (homens que fazem sexo com homens), grupos que ainda hoje se encontram entre as vítimas prioritárias de contaminação. O projeto fez parte de uma iniciativa da Associação para a Saúde Integral e Cidadania da América Latina (ASICAL), realizada no Brasil pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), por meio de grupos filiados que atuavam como Centros de Treinamento e Assessoria em todas as regiões do país. Em Goiás, o projeto foi realizado sob coordenação da AGLT.

1. Festa ou política... festa política?

No Brasil, nós temos algo em torno de duzentas paradas no país inteiro. Então, assim, eu acho que é um salto muito grande. Porém, o meio LGBT tem que entender que uma parada não é simplesmente um trio elétrico tocando na rua, com um monte de gente dançando e olhando os boys em cima dos carros, não! A parada é um ato cívico, é um ato de protesto. (Ativista)

De acordo com Isadora Lins França (2006a) e Jacques Gomes de Jesus (2010), a tradição das chamadas *Pride Parades* nasce nos Estados Unidos, ainda na década de 1970, após o famoso episódio de Stonewall⁵, estando, portanto, relacionada a dinâmicas culturais e políticas promovidas por movimentos sociais de grande visibilidade desde o final dos anos 1960, tais como o feminista, o negro e o homossexual. No Brasil, de acordo com Fry e MacRae (1985), a primeira manifestação pública em prol da homossexualidade deu-se em 13 de junho de 1980, quando cerca de mil integrantes dos movimentos homossexual, negro, estudantil e feminista percorreram as ruas do centro da cidade de São Paulo protestando contra a atuação do delegado José Wilson Richetti, que liderava a chamada Operação Rondão ou Operação Limpeza, que consistia em

⁵ A celebração do dia 28 de junho como *Dia do Orgulho Gay* (e mais recentemente LGBT) reporta-se aos conflitos ocorridos em Nova Iorque, em 1969, quando lésbicas, gays, travestis e transexuais frequentadoras/es do bar Stonewall Inn e imediações resistiram a uma das sistemáticas batidas policiais no local, numa luta campal que durou duas noites e dois dias (Fry e MacRae, 1985). A partir deste episódio, 28 de junho tornou-se marco do movimento LGBT internacional contemporâneo, comemorado com a realização de “paradas” em um número crescente de países, especialmente no mundo ocidental. Já as origens do *Dia de Combate à Homofobia* remontam a 1990, quando, em 17 de maio, a Assembléia Mundial da Saúde, órgão máximo da Organização Mundial da Saúde (OMS), decidiu excluir a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças.

batidas policiais e prisões arbitrárias de prostitutas, homossexuais e travestis que habitavam “guetos” no centro de São Paulo (França, 2006b). Cabe salientar que, quando se menciona tal episódio, geralmente se destaca o caráter “festivo” da passeata ao lado de seu inegável peso político, num contexto que ainda era de ditadura militar.

O deboche e a gozação entram no cenário político, normalmente dominado por acontecimentos bem mais “sérios”. E, contra críticas de setores oposicionistas mais tradicionais, foi mantido por militantes homossexuais que estas palavras de ordem refletiam a natureza profundamente subversiva e anarquizante da experiência homossexual sempre disposta a questionar os valores sagrados tanto da direita quanto da esquerda, expondo-os ao ridículo (Fry e MacRae, 1985: 17).

Em certo sentido, se considerarmos, ainda que provisoriamente e com as devidas ressalvas, a passeata como uma espécie de “precursora” do que viriam a ser as atuais Paradas LGBT no Brasil, a dicotomia entre festa e política já aparecia, então, borrada. Aquela era uma maneira irreverente e festiva de “fazer política”.

Os eventos de rua relacionados à celebração do Orgulho LGBT, já denominados e sob a forma de “Paradas”, foram retomados inicialmente nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro e ganharam força a partir de fins da década de 1990, “marcada como um período de reflorescimento e de muitas transformações nas dinâmicas internas do movimento e no seu contexto externo” (França, 2006a: p. 80). Dentre essas transformações, França destaca a crescente influência de iniciativas do Estado, o fortalecimento do mercado segmentado a gays, lésbicas e “simpatizantes” (GLS) nos grandes centros urbanos e a atuação da mídia, como fatores importantes para a onda de visibilidade do movimento e da homossexualidade.

A maioria dos sujeitos que entrevistamos pontuou a importância das Paradas do Orgulho LGBT por seu valor como instrumento de revitalização do movimento LGBT em Goiás. E também pelo destaque que as paradas proporcionam ao movimento e às suas demandas junto à mídia, à população LGBT e à sociedade em geral. Trata-se quase sempre, não se pode esquecer, de uma das maiores manifestações massivas em níveis locais, estaduais, regionais e nacional, que proporcionam grande visibilidade à reivindicação central de aceitação social da homossexualidade, bissexualidade, transexualidade ou travestilidade.

Eu acho que um momento marcante foi as Paradas, né, quando começou... que houve a manifestação na rua, que diz “nós existimos, estamos aqui,

querendo ou não, não tem como mudar isso!” Tem direitos...temos deveres, mas também temos direitos, pagamos impostos. (Ativista).

Contudo, percebe-se a dicotomia entre “festa” ou “política” (FRANÇA, 2006, JESUS, 2010) também nos discursos dos/as ativistas goianos. Enquanto várias/os deles/as destacaram as Paradas como manifestações políticas fundamentais em seus municípios (às vezes com poucos milhares de habitantes), outras/os as criticaram pela suposta ênfase no caráter festivo dos eventos. Alguns/mas destacaram, ainda, a Parada de São Paulo, que desde 2005 consolidou-se como a de maior público no mundo, como um marco, pela grande visibilidade que esta consegue atingir na mídia.

2. “9 gays, 20 policiais e a imprensa local”

[Foto no jornal Cinco de Outubro, de julho/1996. Acervo Ipê Rosa]

No dia 28 de junho de 1996, uma sexta-feira, fazendo memória de



Ato público alegre no Dia do Orgulho Gay

[Foto no jornal Cinco de Outubro, de julho/1996. Acervo Ipê Rosa]

Stonewall, ocorreu na Praça Cívica – que está situada na região central de Goiânia e abriga ainda hoje parte da estrutura do Governo Estadual – um ato público que muitos/as entrevistados/as consideraram como a “1ª Parada do Orgulho de Goiás”, embora não tenha recebido esse nome naquele momento. Não havia trios elétricos ou carros de som com nomes de boates

ou bares. Nada da exuberância de travestis, *drag-queens* ou *gogo-boys*, que tanto chamam a atenção da mídia nesses eventos país afora. A manifestação contou, nas palavras de um entrevistado, apenas com a presença de “9 gays, 20 policiais e a imprensa local”, e foi articulada a partir da ação de integrantes da Associação Ipê Rosa e do Grupo Pela Vidda, que atua em prol de pessoas infectadas pelo vírus da aids⁶.

Pela reação do Estado, parecia que oitenta mil pessoas iam ocupar a Praça Cívica, iam desmontar o monumento das Três Raças. Só que não era nada disso, né? Eram só nove gays com um monte de panos coloridos. (Ativista).

O evento consistiu em um abraço desses rapazes ao Monumento às Três Raças, localizado no centro desta que é a principal praça da capital goiana. Em destaque, uma bandeira com o triângulo rosa invertido, utilizado nos campos de concentração nazista para identificar e estigmatizar homossexuais.



[Foto no jornal Cinco de Outubro, de julho/1996. Acervo Ipê Rosa]

Em 1996, o Ipê Rosa tinha apenas um ano de existência. Nesse sentido, é possível afirmar que o processo de constituição de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais como sujeitos políticos era incipiente

⁶ Coincidentemente, o Grupo Pela Vidda de Goiânia é a ONG responsável pelo projeto que viabilizou apoio do Ministério da Saúde para a XVI Parada do Orgulho LGBT de Goiânia, realizada em 9 de setembro de 2012.

em Goiás e que a atuação do primeiro grupo de militância LGBT apenas começava a se ampliar para além do âmbito estrito do combate ao hiv-aids – note-se que, mesmo assim, a única faixa trazida pelos ativistas era do Grupo Pela Vidda de Goiânia. Tratava-se do início de um processo de “visibilidade positiva” em torno das homossexualidades na cidade, e que não estava sendo levado a cabo apenas pela sociedade civil organizada.

Dados preliminares de uma investigação em curso⁷, a respeito do surgimento do mercado de lazer noturno voltado para gays e lésbicas em Goiânia, apontam que os primeiros lugares de frequência “homossexual” da cidade remontam à década de 1970 e início dos anos 1980, em plena ditadura militar. Estava-se, ainda, longe de um contexto sócio-cultural de abertura e possibilidade da criação de uma “política de identidades” em torno das homossexualidades, capitaneada pelo movimento social e pelo mercado. Por outro lado, algumas entrevistas apontam que os estabelecimentos comerciais surgidos nos anos 1990 em Goiânia já não se pautavam mais pela relativa invisibilidade prevalecente nos anos anteriores, sendo abertamente concebidos como “GLS” (gays, lésbicas e simpatizantes) ou “gays” (Braz, 2012). Nesse sentido, são representativos os relatos acerca da criação de uma boate “GLS” que ficou muito famosa em Goiânia: a JUMP – *the house of fun*. A casa, criada em 1996 – mesmo ano, portanto, da manifestação política acima destacada –, funcionou durante quase 10 anos no Setor Oeste (região da cidade considerada “nobre”).⁸

Assim, enquanto os primeiros bares da cidade voltados para “homossexuais” são retrospectivamente vistos por empresários/as e frequentadores/as como “precários”, “afastados”, “escondidos”, não “assumidamente GLS”, tendo sido muitas vezes “ocupados” à revelia de seus/suas donos/as, a segunda metade da década de 1990 marcou não apenas o surgimento do movimento LGBT, como a criação de estabelecimentos comerciais em Goiânia que não só ganhavam inteligibilidade num contexto de reivindicação de direitos, mas também de certa consolidação do, agora, mercado “GLS” local.

Nosso pressuposto aqui, a partir de pesquisas sócio-antropológicas já realizadas em outros contextos metropolitanos no Brasil (França, 2006

⁷ Trata-se de um projeto de pesquisa “Memórias, margens, mercados: um estudo sobre locais “GLS” em Goiânia”, iniciado em julho de 2011 por equipe de pesquisa do Ser-Tão e que conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

⁸ No mesmo espaço onde funcionou a JUMP passou a existir, após algum tempo, a boate Total Flex. A empresária responsável pela criação da JUMP assumiu sua direção no início de 2012.

e 2010; Facchini, 2008; Gregori, 2010; Fry, 2002; Braz, 2010), é o de que a interpretação dos processos de constituição de categorias classificatórias em torno das homossexualidades pode ser complexificada ao levarmos em consideração não apenas a atuação dos movimentos sociais voltados a essa população, mas também as dinâmicas relativas ao mercado.

Assim, é possível aproximar os lugares comerciais gays e lésbicos, ou “GLS”, e o movimento social LGBT em Goiânia de meados dos anos 1990 ao menos em dois sentidos. Em primeiro lugar, no que diz respeito às dificuldades encontradas para sua criação. Tal processo constituinte, se seguramente não foi fácil para o movimento social, também foi bastante conturbado para os/as empresários/as – as entrevistas realizadas com eles/as estão repletas de falas que apontam para uma série de resistências à criação de bares ou boates “GLS” na cidade (especialmente em bairros mais centralizados ou valorizados, como os da Região Sul da cidade), que vão de entraves para a obtenção de alvarás, batidas policiais infundadas, abaixo-assinados realizados por vizinhos que não queriam “morar ao lado de bares ou boates gays”, até a depredação e vandalização desses lugares, como exemplificam as narrativas sobre episódios de tijolos ou ovos atirados em suas portas, por exemplo. Em segundo lugar, as aproximações entre mercado e movimento também podem ser pensadas pelo fato de que, a partir dos anos 1990, ambos passam a atuar no sentido de promover tanto certa “visibilidade positiva” quanto a criação de categorias identitárias e classificatórias em torno das homossexualidades, num processo similar e contemporâneo, por exemplo, ao descrito por Machado (2007) em Belo Horizonte. Nesse contexto, o mercado “GLS” goianiense deixa de ser percebido, pelos/as entrevistados/as, como relativamente precário e invisível. E passa, mais contemporaneamente, por certa segmentação a partir de sujeitos específicos, o que incide na produção das categorias sociais que os classificam de maneiras distintas⁹.

Por meio da análise das entrevistas com militantes, foi possível, contudo, perceber algumas ambivalências a respeito do mercado “GLS” e suas relações com as demandas do movimento LGBT. Se muitas vezes ressaltou-se que os bares, boates e outros estabelecimentos comerciais são

⁹ Nesse sentido, o interesse se volta para marcadores sociais de diferença que operam na constituição do público destes estabelecimentos, na atualidade. Um exemplo pode ser pensado pela relativa exclusão de travestis e transexuais dos lugares de lazer, ou por certa prevalência de espaços voltados para homens, como bares, boates, saunas ou cinemas pornôs. Essa é uma questão que se pretende trabalhar na investigação mencionada, à luz das falas de empresários/as e frequentadores/as, bem como da observação de campo.

importantes para tal população, na medida em que permitem a expressão de afetos e o estabelecimento de amizades em um contexto sociocultural ainda bastante marcado pela homofobia, por outro lado, afirmou-se várias vezes que a luta política deveria ser pela possibilidade de circulação de pessoas LGBT em todos os espaços: comerciais ou não, “GLS” ou não. Apesar disso, muitos/as entrevistados/as ressaltaram a importância de parcerias com estabelecimentos comerciais para ações e demandas do movimento LGBT no estado, a despeito do fato de que, tradicionalmente, esse apoio é sempre pequeno. Nesse contexto, destacaram, sobretudo, as Paradas do Orgulho, como momentos especiais em que tais aproximações se materializam – muito embora houvesse falas críticas apontando que o grande problema é que elas se restringem a esses períodos. Tal restrição se dá, para os/as sujeitos/as entrevistados/as, seja pela falta de apoio por parte dos/as empresários/as às organizações e grupos da sociedade civil que lutam em prol da população LGBT, seja pelo fato de que o próprio movimento LGBT local não se apropria estrategicamente do mercado, propondo atividades e parcerias¹⁰.

De 1996 para cá, a Parada do Orgulho LGBT realizada anualmente em Goiânia cresceu em proporções, a despeito das intensas dificuldades materiais e logísticas enfrentadas por um grupo reduzido de ativistas, vinculados/as a ONG diversas, responsável pela organização dos eventos. Talvez não seja demais dizer também que, em muitos momentos, a organização das paradas foi objeto, ao longo dos anos, de intensas disputas de poder entre grupos e lideranças, que buscavam o protagonismo na organização das atividades e na relação com o Poder Público.

3. “A menor cidade do mundo a ter uma Parada”

A exemplo do que acontece em Goiânia, e seguramente com dificuldades redobradas diante do conservadorismo local, ativistas do movimento LGBT do interior de Goiás têm buscado parcerias para a realização das Paradas do Orgulho LGBT em suas cidades. Tal processo iniciou-se na primeira metade dos anos 2000 e contou com apoio de ativistas de grupos da capital, especialmente os/as vinculados/as ao Projeto Somos:

¹⁰ Uma interessante pesquisa que analisa antropologicamente as tensões entre militantes LGBT e empresariado “GLS” no que tange às Paradas do Orgulho foi realizada por Glauco Ferreira (2011), na cidade de Florianópolis.

[o que viabilizou que a Parada de Ceres de 2005 ocorresse?]

Foi um projeto. Na época foi o Somos, a gente estava até no Projeto Somos e a AGLT resolveu, devido a essa interiorização do movimento, resolveu escrever um projeto pro Ministério da Saúde, Ministério da Cultura onde eles queriam fazer as paradas, as três paradas nas cidades do interior, né? Então, foi viabilizado via AGLT. (...) Eles deixaram a gente realmente fazer a nossa Parada de acordo com a cara da nossa cidade e de acordo com o que a nossa cidade comportava. Isso eu achei muito interessante porque eles não optaram em nada, eles deixaram a gente fazer. Então, foi graças a eles que esse projeto fluiu. (Ativista).

A despeito de alguma controvérsia quanto à primeira cidade do interior de Goiás que teria realizado uma parada do orgulho LGBT, a maioria dos/as entrevistados/as afirma que foi em Quirinópolis, em 2004. Eventos similares ocorreram posteriormente em Caldas Novas, Anápolis e Ceres, no ano de 2005. Em Valparaíso e Jataí, as Paradas do Orgulho LGBT acontecem desde 2006. Em 2009, foram realizadas Paradas LGBT em Planaltina de Goiás e Aparecida de Goiânia. Já em Senador Canedo, a primeira Parada ocorreu em 2010.

Chama a atenção o quanto os/as entrevistados/as do interior do estado, quando questionados/as acerca das principais conquistas do movimento LGBT em suas cidades, frisaram em primeiro lugar – e quase exclusivamente – a realização das Paradas do Orgulho.

Marcante pra gente aqui em Anápolis foi a primeira Parada LGBT, pelo menos pra mim, né, que a gente não esperava o público que teve. E, assim, a gente, a primeira mesmo, a gente, acho que não soube trabalhar e aí a gente fez uma movimentaçãozinha lá na praça e chamou atenção de algumas pessoas. Agora, a primeira que a gente considera mesmo, que foi, teve um grande número, foi pra mim emocionante, porque eu não esperava ter aquele público todo. É... isso foi a primeira Parada LGBT que nós realizamos seminário e tal, eu não esperava que aqui em Anápolis a gente fosse conseguir alcançar. (Ativista).

Ah, o marcante, no caso de Jataí, foi a realização dessa, da primeira Parada em 27 de julho de 2006. Foi marcante, as pessoas não esqueceram aquilo. Nós, enquanto organizadores, nós tivemos um medo enorme da reação das pessoas. (...) Inclusive eu fiz questão de fazer matérias pra jornais na época com fotos mostrando é... famílias, o pai, a mãe e filhos assistindo a shows artísticos na Parada e com depoimentos de pais de famílias hétero dizendo que adoraram, acharam interessante. (Ativista).

Assim, se os/as entrevistados/as do interior ressaltaram que há muitas continuidades nos processos de exclusão social que comprometem a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais¹¹ em Goiânia e no interior do estado, ao mesmo tempo ressaltam o quanto algumas iniciativas do movimento LGBT local, como a realização das Paradas do Orgulho e outras manifestações em prol da visibilidade, reverberam positivamente nas condições de vida para a população LGBT, incidindo em processos, ainda que lentos, de mudança, mesmo em municípios muito pequenos, em termos populacionais e econômicos.

Eu sempre gosto de frisar, a gente foi a menor cidade do mundo a fazer uma Parada Gay, entendeu? E isso foi até registrado pela G Magazine na época, né? A menor cidade do mundo a fazer uma Parada Gay (Ativista)

Considerações finais

Desde meados dos anos 1990, o movimento LGBT brasileiro faz-se bastante visível por meio da organização de Paradas do Orgulho LGBT, que hoje reúnem milhões de pessoas ao longo do ano, em centenas de eventos realizados em diversas cidades, inclusive onde os grupos de ativismo possuem níveis de institucionalização incipientes. É nesse contexto que se constata a existência de um forte debate, inclusive entre ativistas, acerca do caráter “político” versus o caráter “festivo” dessas paradas. Por um lado, há críticas severas ao fato de talvez serem manifestações públicas excessivamente dionisiacas, que em muito se aproximam de “carnavais fora de época” que não conseguem transformar a visibilidade pública em ações políticas concretas, como a aprovação de projetos de lei, a eleição de parlamentares comprometidos/as com questões LGBT ou a efetiva implementação de políticas públicas de combate à homofobia em áreas consideradas prioritárias, como educação, saúde ou segurança. Por outro lado, é inegável a dimensão política do questionamento de determinadas convenções sociais hegemônicas que a saída às ruas, em plena luz do dia, de dezenas de milhares de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais pode acarretar, ao positivar expressões sexuais e de gênero construídas historicamente como anormais e abjetas (Butler, 2003).

Esse debate, que depende em certa medida da maneira como se conceitua o que é ou não “política”, persiste, assim como as Paradas LGBT, seja em

¹¹ Muito embora tenhamos em mente que tais processos atuam de maneiras distintas em função de cada uma dessas categorias identitárias.

Goiânia, São Paulo, Berlin, San Francisco ou Quirinópolis. Não há dúvida, porém, de que a dimensão mais institucionalizada da atuação política pode ser incrivelmente fortalecida no cenário das lutas em torno da cidadania e dos direitos humanos das pessoas que questionam a heterossexualidade compulsória e os estereótipos de gênero. No caso brasileiro, as Paradas do Orgulho LGBT podem vir a ser instrumentos ainda mais efetivos no convencimento de atores/atrizes políticos diversos/as acerca da necessidade de garantia jurídica de direitos civis para pessoas LGBT e do combate a todas as formas de manifestação da homofobia, do machismo e da misoginia.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. "O campo científico". In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu** – Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-55.

BRAZ, Camilo. **À Meia-Luz** – uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos. Tese de Doutorado, Ciências Sociais. Campinas: UNICAMP, 2010.

BRAZ, Camilo. "De Goiânia a "Gayânia": notas sobre o surgimento do mercado "GLS" na capital de Goiás". Trabalho apresentado na 28ª RBA (Reunião da Associação Brasileira de Antropologia). São Paulo: ABA, 2012.

BRAZ, Camilo; MELLO, Luiz; JESUS, Bento M.; AMARAL, Custódia Selma S.; MAROJA, Daniela; CORREA, Débora; FREITAS, Fátima Regina A.; MATOS, Fernando; CHAVES, H. G.; ARANTES, J. E. **Movimentos sociais, direitos humanos e cidadania**: um estudo sobre o movimento LGBT em Goiás. 2011. (Relatório de pesquisa).

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FACCHINI, Regina. "Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do Movimento LGBT brasileiro". **Revista Bagoas**, n. 04. Natal: UFRN, 2009, p. 131-58.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras**: mulheres, (homo)sexualidade e diferenças na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: IFCH/Unicamp, 2008.

FERREIRA, Glauco. "A Parada em disputa: diferentes performances e enunciados distintos sobre 'direitos' e 'sujeitos' LGBTTTT na Parada da Diversidade". In: **35º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: Anpocs, 2011.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes**. O movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado, Antropologia Social. São Paulo: USP, 2006a.

FRANÇA, Isadora Lins. "Um breve histórico". In: Netto, Fernando; França, Isadora e Facchini, Regina. **Parada**: 10 anos do orgulho GLBT em SP. São Paulo: Editora Produtiva/Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, 2006b.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares**: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2010.

FRY, Peter. "Estética e política: relações entre "raça", publicidade e produção da beleza no Brasil". In: Goldemberg, Miriam (org.). **Nu e vestido** – dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002, p43-66.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GREGORI, Maria Filomena. **Prazeres perigosos** – erotismo, gênero e limites da sexualidade. Tese – Livre Docência. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2010.

JESUS, Jaques Gomes de. **O protesto na festa**: política e carnavalização nas Paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) [Tese de Doutorado]. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasil, 2010.

MACHADO, Frederico Viana. **Muito além do arco-íris**. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade** – identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MELLO, Luiz. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.